

Uma saída do anonimato científico

Uma questão de gênero

COSTA, A. de Oliveira e BRUSCHINI, C.
(orgs.)

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/F.C.
Chagas, 1992.

É oportuna e promissora a publicação da coletânea organizada por A. de Oliveira e C. Bruschini, composta por um conjunto de artigos apresentados e debatidos no seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas, realizado em novembro de 1990, com apoio da Fundação Ford, na cidade de São Roque (SP).

Oportuna, nesta época de crise das relações entre a sociedade civil e o Estado, em que é profunda a renovação dos paradigmas nas ciências sociais, quando sempre mais estreito se faz o diálogo entre o feminismo e a teoria social. Promissora, porque o livro, se por um lado oferece uma diversificada análise da produção brasileira em ciências humanas sobre a temática da mulher, apresenta-se, por outro, para o grande público, como uma síntese teórica e metodológica de um investimento feito ao longo de mais de dez anos de reflexão e pesquisa neste campo temático.

A leitura desta coletânea evidencia que o processo de discussão entre as autoras avalia, em seu conjunto, a potencialidade explicativa da categoria gênero, aquisição recente e resultado de um atento e permanente *aggiornamento* das literaturas americana, francesa e inglesa. A reflexão acerca desta categoria amplia-se, porém, rapidamente, até enveredar por distintos caminhos sobre o significado de sua inclusão na teoria. Enquanto, para os católicos todos os caminhos levam a Roma, as diversas preocupações das autoras, embora próximas, não as levam a um consenso a respeito das rupturas com as antigas abordagens.

De toda maneira, entre encontros e desencontros, um primeiro aspecto deve ser ressaltado: sai finalmente do anonimato científico a questão da condição da mulher. A subordina-

ção feminina é depurada de suas conotações universais. Esta é desnaturalizada na medida em que se abandona a visão que sustentava a distinção de características a partir da percepção geral de relações supostamente naturais entre os sexos.

A subordinação feminina é, agora, pensada a partir de significados adquiridos, herdados e reinventados na interação e na convivência social. Neste sentido, a questão reside na análise das relações assimétricas que envolvem os sexos. As relações de gênero abarcam a multifacetada realidade, atraindo para sua própria compreensão as mais diferentes disciplinas científicas.

Esta saída do anonimato parece ser no Brasil definitiva, não apenas porque as relações entre os sexos têm legitimado, dentro da ciência, além de um tema – a condição feminina –, uma problemática – as desigualdades entre os sexos. Tais relações saem do anonimato, também e sobretudo, porque introduzem uma categoria capaz de se impor como instrumento analítico eficaz no plano explicativo mais geral das ciências humanas. Portanto, não é mais o caso de evocar o limbo, o gueto, nem tampouco, parafraseando Bourdieu, simplesmente registrar a emergência de problemas que entram de contrabando nas ciências sociais.

Temos sinais de valor da nova categoria gênero em vários artigos onde são lembradas as condições sociais, políticas e sobretudo teóricas que tornaram possível sua formulação (Sorj, Zannoff Machado, Saffioti). Temos retrospectivas dos processos de construção dos instrumentos de análise em vários campos disciplinares, como por exemplo a historiografia (Leite da Silva Dias), a antropologia (Heilborn e Fonseca), a sociologia (Castro e Lavinias, Bruschini, Lobo), a crítica da cultura (Buarque de Hollanda), as ciências políticas (Jardim Pinto), a educação (Rosemberg) e a psicologia (Martins Rodrigues).

Se hoje é possível um vasto consenso sobre a inovação do estatuto teórico que eleva o gênero ao nível de categoria/conceito, ainda não é vã a pergunta: em que consiste sua novidade?

Dentro dos diferentes campos disciplinares em que as numerosas autoras da coletânea trabalham, são comentadas as novas contribuições epistemológicas e metodológicas introduzidas por esta categoria no processo de produção do conhecimento, registrando um leque variado de concepções.

Procurando identificar e sintetizar os pontos centrais de tais concepções, podemos dizer que algumas autoras inscrevem as relações de gênero numa abordagem característica da terceira geração de feministas (Zanotti Machado e Sorj). Outras autoras preferem enfatizar a crítica da pretensa universalidade do conhecimento moderno que tem reduzido a chamada condição feminina a uma questão ideal, abstrata. Neste sentido, os estudos feministas que adotam as relações de gênero conseguem historicizar os processos sociais da polaridade masculino/feminino (Leite da Silva Dias, Saffioti, Castro e Lavinias, Lobo).

Há também aquelas para as quais a crítica feminista e o pensamento pós-moderno, como crise da ideologia e da representação, não seriam excludentes. Entretanto, o discurso feminista, na sua luta pela significação, mantém vivo o interesse de articular a construção da subjetividade feminina com as determinações históricas e políticas (Buarque de Hollanda).

A luta contra qualquer forma de essencialismo, perspectiva adotada por muitas autoras, insiste no caráter mutável das atribuições às categorias de sexo que acompanham a pluridimensionalidade das relações sociais. Não se tem mais o interesse de localizar analiticamente a mulher, o feminino, mas resgatar as relações constitutivas de uma sociedade, possibilitando conseqüentemente a reconfiguração do objeto de estudo (Castro e Lavinias).

O gênero é também apontado como inovador por certas autoras por destacar os processos de construção da subjetividade. É uma

categoria capaz de redefinir as interações sociais, os significados dados, atribuídos e elaborados (Lobo, Martins Rodrigues).

A ruptura e o distanciamento com a literatura dos anos 60 e 70 apontam não só o questionamento do paradigma da universalidade da condição feminina, mas também uma discordância com relação à uniformização dos processos que constituem a subjetividade e a formação de identidades coletivas. Há, em quase todos os textos reunidos por esta coletânea, uma preocupação comum: a apreensão das assimetrias de poder nas relações de gênero. Parece-nos pertinente lembrar o alerta metodológico elucidado por J. Scott, que propõe o afastamento definitivo da busca da causalidade geral e universal para enfatizar o interesse de evidenciar a descoberta dos processos que envolvem as múltiplas relações entre as subjetividades e a organização social. A noção de poder social unificado, coerente e centralizado é rejeitada. Esta é substituída por uma proposta que recupera as contribuições recentes da teoria das classes ao resgatar as experiências dos atores históricos. Neste sentido, é o exercício de múltiplos poderes que, ao permear também as relações de gênero, chega a afetar sua manutenção ou sua transformação. Relações de classe e relações de gênero adquirem, assim articuladas, sentido histórico e teórico.

Parece-nos, enfim, que, no conjunto, os textos encontram-se orientados, alguns implicitamente, outros explicitamente, pela vontade política de manter presente o interesse na compreensão e na problematização da sociedade brasileira contemporânea. É provavelmente esta inquietação que permite tal saída do anônimo, saída não somente da mulher, mas das mulheres e dos homens brasileiros.

PAOLA CAPPELLIN ■

Uma história para os manuais de confessores

O gosto do pecado (Casamento e sexualidade nos Manuais de Confessores dos séculos XVI e XVII)

MENDES DE ALMEIDA, Ângela

Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

É uma pena que a autora suponha que seus leitores conheçam a Igreja e o pensamento católico e tenham uma cultura jurídica considerável para acompanhar em O gosto do pecado o seu estudo dos Manuais de Confessores. Essa suposição faz com que se termine a leitura com uma sensação de falta, de tarefa interrompida. Não é gosto do pecado o que fica, mas um atordoamento pelo que não se conseguiu deavassar. Consegue-se, contudo, atinar com o mecanismo da confissão e da delação com que convivemos no período nazista, durante os processos de Moscou e durante o período da ditadura militar, com perdão do anacronismo.

Ângela Mendes de Almeida realizou um penetrante estudo de documentação, desde a produção até o público consumidor, desvendando, por uma análise cuidadosa, o que significava esse núcleo de Manuais, o que os caracterizava, porque foram aumentando de número para depois irem desaparecendo no século XVIII, o antagonismo que despertaram. Só então debruçou-se sobre o conteúdo dos Manuais para dele extrair o que era entendido por casamento legítimo e clandestino e o que era luxúria, para os confessores.

Examinou na Biblioteca Nacional de Lisboa onze Manuais, dentre as 82 edições portuguesas encontradas. Destas, uma era do século XV, 57 do século XVI, 20 do século XVII e quatro do século XVIII. Todos tinham denominações características, como a de Francisco Gomes da Costa, Enchiridion de advertências para os penitentes e confessores, e de ajudar a bem morrer, editada em Coimbra, por João Antunes, em 1712.

A leitura (ou consulta) desse 'instrumento mental' estava disponível para homens e mulheres, redesenhando o universo físico, moral e intelectual do confessante, distinguindo explicitamente a sexualidade legalizada da sexualidade proibida.

O gosto do pecado fica aqui novamente frustrado. Em vez de uma alegre exposição de cenas eróticas, a que nos habituaram Paulo Prado e Gilberto Freyre, deparamo-nos com alusões solenes a folguedos do corpo. Apesar de se tratar, aqui, de um nível muito diferente de trabalho, ocorreu-me indagar se algumas mulheres, embora tenham galgado posições de destaque na vida intelectual, não teriam conservado algum pudor ao lidar com a sexualidade.

A confissão foi instituída no século XVI, pelo Concílio de Trento (1545-1563). A Igreja se atribuiu o poder de julgar os delitos, paralelamente aos tribunais civis. Era dever dos membros da comunidade, além de confessar os pecados próprios, delatar os pecados alheios que fossem de seu conhecimento.

Os Manuais estabeleciam o ideal de vigilância constante dos excessos dos sentidos e dos folguedos do corpo, estabelecendo os limites entre delito, crime e pecado.

A Igreja preocupava-se tanto com o confessor quanto com o penitente. Enquanto aconselhava o confessor a não se exceder em perguntas ou minúcias nos casos das mulheres ou jovens, zelava para que o confessor não se excitasse com descrições e classificações de toda gama possível e imaginável de pecados em suas diversas combinações. A confissão e os Manuais foram objeto de críticas de origem protestante e de origem burguesa. O alvo das críticas era principalmente o tom de escândalo que assumiam com a imoralidade, a frouxidão e os detalhes escabrosos e picantes.

O maior florescimento dos Manuais de Confessores ocorreu no século XVI, quando seu número e características permitiram que a autora os designasse coletivamente como gênero literário, ainda que de difícil enquadramento, tanto na literatura como na história da Igreja. O roteiro era um só – os sete pecados capitais, os dez mandamentos da lei de Deus e as regras dos sete sacramentos, variando a ordem de tratamento e o tom, que chega a ser desabusado, com palavras cruas e diretas, nas imagens e descrições de minúcias dos pecados. Muitos dos Manuais eram cópias de outros mais antigos, ou citações de memória, introduzindo opiniões divergentes das do autor. Alguns ocultam atrás do latim as palavras mais duvidosas. Um papel decisivo é concedido ao pensamento, à intenção, à vontade e ao desejo, consideran-

do-se que cada pecado pode ser cometido por pensamentos, palavras e obras.

Os puritanos e jansenistas foram seus críticos mais ácidos. Por seu lado, a Inquisição e os jesuítas insistiram na intromissão na vida íntima das pessoas, revitalizaram os Manuais. Compartilham dessa tendência as monarquias e as sedes episcopais. A Inquisição e os tribunais civis, estes igualmente intolerantes, fizeram uso complementar da tortura e institucionalizaram a delação, como parte do processo. Os dias de graça eram não só aqueles em que os penitentes vinham confessar, mas também aqueles em que delatavam crimes alheios, para não serem tomados por cúmplices. Nesses processos, os atos humanos eram tomados como atos de consciência.

No século XVIII, a própria Igreja preocupou-se com as práticas da confissão, dado o seu caráter imoral e pela ressonância que tinha na sociedade oitocentista.

Ângela Mendes de Almeida extrai dos Manuais de Confessores todo outro conteúdo. Apesar de seu caráter normativo, ou talvez por isso mesmo, os Manuais passaram a constituir, através de sua análise, fontes preciosas para a compreensão do casamento, da família e da sexualidade. O que se proíbe é o que se pratica. Se não fosse praticado, não haveria necessidade de se proibir. Pelas mesmas razões que levaram os jansenistas e puritanos a tentarem apagar a existência dos Manuais é que agora eles puderam ser expressivos de uma mentalidade de um determinado período histórico.

O casamento, a família e a sexualidade aparecem nos Manuais como um contrato ligado ao patrimônio, do qual fazem parte a fortuna, a honra e a virgindade. Tudo tinha um preço, a honra também. E, para que houvesse justiça, havia um débito que era preciso pagar. Os casamentos e a família aparecem como a ordem (social) enquanto a luxúria, em suas diferentes formas, seria a desordem.

O que aparecia para a população, nos séculos XVI e XVII, era uma ética erigida pela Igreja ao longo dos séculos, lapidada pelo Concílio de Trento e transformada em guia prático de ação pela Companhia de Jesus. O aprofundamento deste estudo levou a autora ao estudo da literatura moral dos séculos XVI e XVII e aos Manuais de Confessores. O Brasil não produziu obras nesse estilo. Os escritos iam para Portugal e depois eram enviados da metrópole para o Brasil.

De grande interesse é a discussão estabelecida por Barleus de que "não há pecado abaixo do Equador", aquela mesma musicada por Chico Buarque de Holanda, com outra conotação, em *Calabar*.

É indiscutível a importância dos jesuítas, dando formas teatrais aos rituais religiosos, no amolecimento das normas morais. Contudo, a família patriarcal foi a principal responsável pela difusão do catolicismo no Brasil. Foi em seu contexto que se manteve a regra geral num nível de rigidez abstrata e inatingível, enquanto que, na prática, as pessoas se guiavam pela concretude dos casos particulares, cujas circunstâncias objetivavam o ato e atenuavam a regra.

Os Manuais resultaram num quadro de raciocínio que estruturava decisões, mas alimentava também muita hesitação e angústia. Como quase tudo era pecado, quase nada era pecado grave, como quase nada era objeto de escândalo e indignação. O que ocorreu foi uma banalização da falta moral. Como era considerado incesto o casamento entre parentes em vários graus, acabava-se não dando o devido cuidado aos incestos entre pai e filha, entre irmãos e entre primos. Eram considerados modernos os padres que queriam obrigar os fiéis ao casamento religioso. Dada a grande proporção de uniões consensuais e o elevado número de filhos de amancebados, acabavam sendo reconhecidos o casamento e os filhos. Havia divórcio, sim, e principalmente pelas sevícias sofridas pela mulher, mas o divórcio não era o atual. O casal separava em primeiro lugar os leitos, depois o teto, mas isso não lhes dava o direito de casar de novo. Havia mulheres, cabeças de casal, que eram as titulares jurídicas de seu dote e de suas propriedades.

"Mas, como o direito à vida, 'bem natural' supremo concedido por Deus, passava adiante do direito ao patrimônio, mas não o ofuscava, todo atentado contra o patrimônio feria, além da ordem mundana, a justiça divina. Todo o sistema familiar que ordenava direta e indiretamente a sexualidade girava em torno do patrimônio. Matéria e idéia não eram vistas como categorias de essência distinta, como esferas impenetráveis, mas como espécies intercambiáveis."

Com esta conclusão, Ângela Mendes de Almeida encerra uma importante contribuição à História das Mentalidades e à História da Família no Brasil.

MIRIAM L. MOREIRA LEITE ■

Iara, história e cotidiano

Iara

PATARRA, Judith Lieblich

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992,
520 p.

"Foi uma geração que viveu os êxtases e desgraças das revoluções. Madrugadas luminosas e sombrios tempos sem perdão"¹.

Iara, filha de David e Eva Isvelberg, um casal judeu de classe média, nasceu a 7 de maio de 1944, no bairro Ipiranga, em São Paulo. Suicidou-se a 20 de agosto de 1971, em Salvador, Bahia. O *aparelho* em que vivia – um apartamento no bairro Pituba – estava cercado. Iara preferiu disparar um tiro em seu coração a ser presa pela polícia política.

Vinte e um anos depois, sua história acaba de ser minuciosamente reconstituída nas mais de quinhentas páginas da reportagem biográfica, subtítulo de *Iara*, da jornalista Judith Lieblich Patarra (editora Rosa dos Tempos).

"Durante muito tempo as mulheres foram deixadas à sombra da História", escrevem Michelle Perrot e Georges Duby na apresentação de sua *História das Mulheres*². Os autores recusam, no entanto, a idéia de que as mulheres sejam, enquanto tais, um objeto de história, explicando que "é seu lugar, sua 'condição', seus papéis e seus poderes, suas formas de ação, seus silêncios e sua palavra, que nós pensamos perquirir, a diversidade de suas representações – Deusa, Madona, feiticeira... – que queremos apreender na sua permanência e em suas mutações"³.

Não sendo historiadora de profissão, Judith Patarra conseguiu em grande medida alcançar esse objetivo através de um paciente e criterioso trabalho de pesquisa que restitui não só a trajetória de sua personagem como o tempo e as circunstâncias em que viveu.

A biografia, que parece experimentar um

processo de renovação a partir de novos aportes da historiografia e da antropologia, é pouco desenvolvida no Brasil. As exceções, como o excelente estudo sobre Stefan Zweig, publicado há alguns anos pelo também jornalista Alberto Dines⁴, que prefacia o livro de Patarra, apenas confirmam a regra. Considerada por muitos como gênero menor, a biografia sofreu o 'desprestígio' de ver-se confundida com a literatura de ficção. Esta contaminação acabou por confiná-la à categoria de entretenimento. Biografias passaram a ser livros reservados para os períodos de férias, junto com romances policiais e de ficção científica, todos destinados a arejar a cabeça...

A crítica (e a crise) da História *événementielle* ajudavam a banir o indivíduo das preocupações historiográficas, substituindo-o pelo interesse pelas estruturas, pelas classes, pelos grandes ciclos históricos, sem cuja compreensão se dizia ser impossível qualquer análise consistente.

Monumentos biográficos – como o Trotsky e o Stalin, de Isaac Deutscher – figuraram durante muito tempo, junto com poucas outras obras, como referências isoladas, incapazes de desencadear uma reorientação mais consistente dos estudos históricos em direção à análise das trajetórias de vida.

Alguns dirão que a reemergência do gênero biográfico está ligada ao aguçamento do fenômeno do *voyeurisme* e aos sentimentos narcísicos que marcam estes tempos de pós-modernidade. Mas a historiografia estruturalista, de inspiração marxista ou não, resulta também da emergência de uma nova historiografia, centrada mais nos sujeitos, atores e personagens e em suas experiências do que nas estruturas que supostamente os condicionaram⁵.

Finalmente, o gênero biográfico se beneficia (ao mesmo tempo que esclarece) das novas relações que a historiografia estabelece entre o público e o privado.

"No limiar do privado, o historiador – tal qual um burguês vitoriano – por muito tempo hesitou,

1. SOUZA LOBO, Elisabeth, *Emma Goldman. A vida como revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 85.
2. DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *Histoire des Femmes en Occident*, vol. 4 (Le XIXème siècle), Paris: Plon, 1991, p. 8.
3. Op. cit., p. 8-9.
4. DINES, Alberto, *Morte no Paraíso – a tragédia de Stefan Zweig*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

5. THOMPSON, E.P., *A Miséria da Teoria*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981. CASTORIADIS, Cornelius. Introdução: a questão da história do movimento operário. In *A experiência do Movimento Operário*, São Paulo: Brasiliense, 1985. SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*, São Paulo, Paz & Terra, 1988. (Entre muitas outras referências).

por pudor, incompetência ou respeito ao sistema de valores que fazia do homem público o herói e o ator da única história que valia a pena ser contada: a grande história dos Estados, das economias e das sociedades".

Para que o historiador superasse sua hesitação, foi necessário que o privado se transformasse em algo distinto "desta zona maldita, proibida e obscura: o amplo espaço de nossas delícias e de nossas servidões, de nossos conflitos e de nossos sonhos; o centro, talvez provisório mas finalmente reconhecido, de nossa vida"⁶.

Pode-se criticar o psicologismo inconsistente de algumas passagens do livro, como criticável é a falta de densidade literária em alguns momentos da narrativa, onde o estilo 'jornalístico' de Judith fica aquém das circunstâncias narradas. São detalhes, porém, que não comprometem a qualidade maior do livro de ter realizado uma excelente reconstituição da personagem e de seu tempo a partir de uma multiplicidade de fontes testemunhais, perfeitamente articuladas com as fontes documentais e com a restituição contextual do período.

Judith Patarra consegue igualmente realizar o difícil trabalho de mergulhar no passado, fazendo com que um necessário olhar do presente não desfigure o vivido, transformando-o em mera ficção, como tem ocorrido por vezes na historiografia brasileira. Um exemplo deste acerto é o tratamento da condição feminina de Iara. A autora não sucumbe à tentação de transformá-la em uma feminista *avant la lettre*. Menos ainda em uma pós-feminista, defensora da feminilidade.

Sua narrativa constitui-se, porém, em um impressionante mergulho na condição feminina, desde o cenário familiar até as sucessivas experiências de militância, na POLOP, na VPR e na VAR e, finalmente, no antigo MR-8, passando por suas múltiplas aventuras amorosas e pela vivência intensa de suas amizades. Ironia cruel, o gesto final de Iara é noticiado como a morte da 'amante de Lamarca'. Mas o que poderia ser uma operação de confinamento da personagem na sombra da história acaba por transformar-se no seu contrário: na valorização deste espaço privado, até então nebuloso, e na necessidade imperiosa de iluminá-lo e escrutiná-lo para melhor compreen-

der a esfera pública, a qual se considerava território exclusivo da política⁸.

As histórias das esquerdas no Brasil e alhures quase sempre se resumiram à constituição articulada de seu discurso (programas, resoluções, debates) ou de sua ação (greves, mobilizações ou luta armada). Neste tipo, não raro valioso, de texto, perde-se com frequência uma dimensão essencial da história. Esta foi feita por homens e mulheres, de carne e osso, que se construíram dentro de contextos culturais, encarnaram valores éticos e morais, sofreram o peso de suas circunstâncias ao mesmo tempo em que tentavam modificá-las. Viveram e amaram e tudo isso deixou traços em sua ação, pois influenciou em seu modo de pensar e de ser.

Assim ocorreu com Iara Isvelberg. Sua trágica e precoce morte, aos 27 anos, pode ter exercido um efeito inibidor para a reconstituição de sua vida. Afinal, a morte costuma desencadear julgamentos simetricamente opostos de indulgência ou de severidade. Judith Patarra não parece ter sucumbido a estas tentações. A visível empatia com seu 'objeto' de estudo não turvou-lhe o olhar e a simpatia que pode aqui e ali parecer diluir-se no tratamento substantivo, onde objetividade não se confunde com frieza.

Escrevendo sobre Iara, a autora reestabeleceu o cotidiano das classes médias cultivadas paulistas que foram sacudidas pelas graves mudanças que afetaram o Brasil a partir de 1964 e que até hoje se fazem sentir. Mostrou-nos momentos luminosos e tempos sombrios. Enfatizou os exemplos de generosidade, despreendimento, minimizando o lado mesquinho e sórdido presente em todos os tempos sombrios, talvez para não adensar mais a pesada fatura que até hoje está-se pagando.

Ao falar de música, cinema, teatro, bares, moda, sexo, Judith Patarra falou também das grandes questões em jogo naquele momento pois "mais além do anedótico, a história da vida privada é também a história política do cotidiano"⁹.

MARCO AURÉLIO GARCIA ■

6. PERROT, Michelle. "Introduction", in ARIES, Philippe e DUBY, Georges. *Histoire de la Vie Privée*, vol. 4, Paris: Seuil, 1987, p. 9.

7. LACOUTURE, Jean. Biógrafo por profissão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13.01.1985, Caderno de Cultura no. 239, p. 10. (Publicado originalmente em *Le Nouvel Observateur*).

8. "Na fronteira entre a prática da vida pública e o

território obscuro da vida privada, a presença das mulheres como sujeito/objeto destas abordagens parece natural e recebe um espaço próprio e adequado", SOUZA-LOBO, Elisabeth. "Emma Goldman - Revolução e Desencanto: do público ao privado", in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 9, nº 18, p. 29, ago/set, 1989.

9. PERROT, Michelle. Op. cit., p. 13.

Homossexualidade e direitos corporativos na França

Nouvelles Questions Féministes

Particularisme et Universalisme, nº 16, 17 e 18. Paris, 1991.

NQF (Nouvelles Questions Féministes) é uma revista que tem como principal objetivo a divulgação da reflexão feminista. Pretende ser o mais amplo fórum em língua francesa para as análises e debates vindos de todo mundo, com particular atenção à Europa e à francofonia.

O prefácio de Christine Delphy, a coordenadora deste número, com sua habitual ironia sarcástica, dá o tom da revista ao "agradecer às autoridades governamentais e universitárias francesas o apoio finalmente concedido para a publicação deste exemplar". Na verdade, a situação é bem outra, e o que houve foi um abandono total por parte das instituições oficiais, que tornou a revista inativa durante quatro anos, com um déficit enorme (seu custo é o quádruplo do preço de capa). Delphy se pergunta se é possível a existência de uma revista desse tipo sem o apoio de um forte movimento feminista, como é o caso da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, onde se contam por dezenas essas publicações. Queixa-se também das mulheres profissionais (inclusive daquelas da área acadêmica) que usufruem da militância das feministas, servindo-se de reflexões e dados empíricos obtidos através dos anos – quando estes não tinham credibilidade acadêmica –, e que hoje desconhecem a necessidade de cooperação financeira com as publicações feministas. Estas notas servem de carapuça a muitas brasileiras.

Para esta resenha, optei, dada a exiguidade de espaço e tempo, por assumir dois artigos que discutem temas em debate também no Brasil: o texto de Franklin e Stacey que aborda a heterossexualidade como única sexualidade, e o texto de Delphy, que trata o tema da redução do feminismo a um corporativismo de mães. Quanto aos demais artigos, limitei-me a alguns comentários, baseando-me nos *abstracts* de cada um.

Dois textos abordam a história recente de movimentos nacionais argelinos. O primeiro, assinado pela Associação pela Igualdade diante

da Lei entre Mulheres e Homens (A.E.L.F.H.), analisa o movimento independente das mulheres na Argélia. Este movimento obteve considerável avanço desde a revolta de outubro de 1988, com a criação de umas vinte organizações agrupadas em quatro grandes correntes em função dos objetivos e formas de luta. Os grupos se reúnem na coordenação das associações de mulheres e executam ações unitárias, conforme as circunstâncias. Mas as mulheres justamente estão-se questionando: sob a pressão dos acontecimentos, teriam elas tido a possibilidade de elaborar sua estratégia de luta específica? E nós, no Brasil, não nos lembramos de situações similares junto a nossos partidos de esquerda?

A segunda matéria, assinada por Marie-Aimée Hélie-Lucas chama-se "Estratégias das mulheres frente aos fundamentalismos no mundo muçulmano". Desenvolve a problemática das identidades nacionais (ou comunitárias, no caso das minorias) que ali se constroem, fundamentadas na religião, nas tradições, na oposição ao mundo externo e na confusão organizada entre nação, comunidade e etnia. As mulheres, consideradas como as depositárias desta identidade, são objeto de rígido controle social e pedra de toque fundamental dos Estados, assim como o foram no passado para os políticos.

Christine Delphy, por sua vez, tenta extrair as conseqüências do caso francês para as feministas de todo o mundo, em seu artigo intitulado "As origens do movimento de libertação das mulheres na França", relatando como em seu país a história do movimento de mulheres tem sido falsificada, há quinze anos, pela líder carismática e capitalista de um grupo financeiro, que se faz passar por sua "fundadora". Os acontecimentos marcantes do surgimento do Movimento de Libertação das Mulheres, em 1970, são aqui lembrados: A. Fouque (ligada ao Movimento Psychologie et Politique) dele não participou, mas apropriou-se mais tarde do seu nome e da sua repercussão – M.L.F. – registrando-o como exclusivo de seu grupo, com fins políticos e comerciais.

Em "Por uma nova ideologia estatutária: o tempo da diferença de Luce Irigaray", Maryse Guerlam aborda criticamente a inclinação pa-

ra a qual caminha a ideologia da diferença, endossada em nome da libertação das mulheres. Encontra-se esta tendência acentuada em particular em Irigaray, em seu novo livro¹. Essa ideologia se apresenta como sendo ao mesmo tempo a verdade do mundo, a ética e o meio de salvação. A forma de seu discurso consiste em fazer afirmações incontestáveis: utilizar conceitos fora de contexto e reduzidos ao valor de símbolos de uma cosmogonia binária fundamentada no sexo. Essa cosmogonia expulsa as mulheres tanto da sua individualidade como do contexto geral. Fortificada por uma retórica apocalíptica, a fórmula da salvação se exprime em termos de um nacionalismo feminino acompanhado pela reivindicação de um Direito estatutário reservado às mulheres e baseado na virgindade e na maternidade.

José Contreñas e Jeanne Favret-Saada em "Trabalho terapêutico como produção doméstica" relatam e analisam o fenômeno da feitiçaria numa região do oeste da França, nos anos 1968/71. Acontece numa propriedade agrícola, na qual uma grave crise é atribuída a fatos sobrenaturais. O recurso ao exorcismo parece ser a terapia indicada. Esta família é considerada como um todo solidário, mas a cura pelo exorcismo apela para a diferença dos papéis sexuais. A esposa é investida de responsabilidade e de autoridade na aplicação das prescrições – um conjunto de práticas ritualizadas – similares, aliás, ao trabalho doméstico das mulheres. O trabalho terapêutico que a esposa efetua decorre de seu papel e de seu estatuto tradicionais no pequeno estabelecimento agrícola familiar, e ela não os questiona.

Andrée Michel trata em "A dissuasão nuclear na França e a democracia proibida" da erosão da democracia na França com a emergência do complexo militar-nuclear, após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Michel, o Parlamento francês foi afastado da informação e da participação nas decisões. O Estado nuclear francês e as grandes empresas privadas que trabalhavam pelo nuclear controlam a opinião pública francesa, graças a sua penetração na mídia, no sistema de educação francês e na alocação de verbas para pesquisa. A sociedade em geral não tem nenhuma oportunidade de ouvir mensagens alternativas sobre a dissuasão nuclear. Será que o futuro da sociedade francesa estará em sua aliança ao *Big Brother*?

Grete Madsen escreve sobre A Europa fe-

minista, tendo como subtítulo "Mulheres dinamarquesas querem fazer tudo! Serão capazes?", afirmando que a resposta é não. Mesmo na Dinamarca, está longe a igualdade entre mulheres e homens. A razão pela qual as mulheres nórdicas obtiveram certa equivalência institucional é encontrada nas estruturas específicas dessas sociedades: o capitalismo democrático, a tradição do sistema escolar e o nível de instrução, a tradição auto-gestionária e a severidade da disciplina luterana no trabalho. A seu ver, a igualdade só acontecerá quando houver redução geral do tempo de trabalho, o que é uma reivindicação de vários setores da população.

Nesse número, encontramos também notícias sobre movimentos de mulheres no mundo, inclusive no Brasil. Neste, os dados foram reunidos por Andrée Michel por ocasião de sua vinda para o lançamento do livro sobre estereótipos sexuais, publicado sob os auspícios da UNESCO e traduzido aqui pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de São Paulo, em 1988. O texto divulga aspectos interessantes das realizações feministas, sua atuação em cargos eletivos e legislativos e suas iniciativas em prol da defesa dos direitos das mulheres. Infelizmente, contém diversos equívocos nos nomes e partidos políticos.

Passo em seguida ao resumo mais detalhado dos artigos escolhidos em função da minha identificação com suas posições.

A matéria de Sarah Franklin e Jackie Stacey², "O ponto de vista lesbiano nos estudos feministas", critica a exclusão da análise sobre a sexualidade nos cursos de estudos feministas nas universidades. Suas autoras consideram que aos estudos feministas falta uma análise crítica da sexualidade: eles negligenciam o lesbianismo, reproduzindo assim sua marginalização e não problematizam a heterossexualidade. A inclusão do ponto de vista lesbiano leva a uma análise da instituição da heterossexualidade como imposição social, forma de opressão e controle das mulheres. Esta abordagem permitiria estudar a sexualidade como "construção social e cultural" e poderia desconstruir radicalmente as "ideologias naturalistas", formas de legitimação da maioria dos sistemas de opressão. O questionamento da heterossexualidade é um desafio para todas as feministas e este artigo visa favorecer o debate sobre estas questões, pois a heterossexualidade é, em geral, abordada somente no quadro da contracepção e do aborto.

1. IRRIGARAY, Luce. *Le temps de la différence. Pour une révolution pacifique*. Paris: Librairie Générale Française, Le Livre de Poche, 1989.

2. STACEY, Jackie e FRANKLIN, Sarah. "Lesbian Perspectives on Women's Studies." In: *Women's Studies Occasional papers* nº 11, University of Kent at Canterbury Publ, 1986.

Stacey e Franklin atribuem essa marginalidade da análise crítica da sexualidade:

a) (em particular do lesbianismo) ao pensamento ingênuo de que a sexualidade se limita à atração e ao prazer físico, ou ao que se faz na cama;

b) à amálgama feito, e raramente analisado, entre a reprodução e a sexualidade, mascarando as implicações políticas das relações heterossexuais, impedindo a questão do porquê deste ser considerado o único modo legítimo de expressão sexual;

c) à falsa idéia de que a sexualidade é um domínio que pode ser considerado distinto da cultura material e do sistema político-econômico.

Citando Arnup³, "na esfera econômica, o heterossexualismo reforça a desigualdade na escala de salários entre homens e mulheres, supondo que o salário das mulheres é só um complemento àquele dos homens. No lar, a ideologia do trabalho das mulheres, como expressão de seu amor e extensão da maternagem, serve para perpetuar a gratuidade do trabalho doméstico. O heterossexualismo leva as mulheres a suportarem, em silêncio, o incesto, a violação, as pancadas e outras formas de violência e de coerção em nome da família e do amor conjugal. O heterossexualismo serve para apagar todo e qualquer traço da existência das lesbianas através da destruição de arquivos e de documentos pessoais, do medo de conflitos pela guarda das crianças, a perda de empregos, o ostracismo de amigas(os) e da família".

A sexualidade e o impulso sexual são enquadrados sempre com um referencial ideológico à natureza, e é preciso desconstruir a identificação com a natureza, mostrando as contradições históricas e contemporâneas dessa abordagem, contidas, por exemplo, na moral vitoriana que defendia o comportamento social em oposição aos fatos naturais, enquanto hoje fazemos o oposto, empregando a natureza como oposição ao lesbianismo e ao homossexualismo, pois o natural seria o heterossexualismo.

Mas Stacey e Franklin refutam tal argumento, colocando que, se fosse uma questão de imitar a natureza, por que as relações heterossexuais seriam sobretudo admissíveis sob formas muito precisas? Isto é, num casal monogâmico, casado, heterossexual, partes genitais contra partes genitais, o homem sobre a mulher, à noite e de preferência no escuro? Esse ato,

assim chamado natural, é sem dúvida uma forma de expressão sexual fortemente estruturada e artificialmente delimitada, com finalidades específicas.

As teses feministas continuam a admitir o coito como sendo a expressão única de comportamento sexual, a contracepção como um mal necessário e a sexualidade como termo equivalente à heterossexualidade.

Christine Delphy desenvolve em "Liberação das mulheres ou direitos corporativos das mães?" sua preocupação com a tendência encontrada em diversas feministas contemporâneas a basearem os direitos das mulheres em sua especificidade e em particular sobre seu papel materno. Essa tendência não é uma novidade, mas é nova a reivindicação implícita de que as mulheres detenham todos os direitos parentais sobre as crianças. Isto coloca o problema da exclusão de uma metade da humanidade dos cuidados com os jovens da espécie e do poder indevido detido por todos os adultos sobre todas as crianças. Essas contradições existem em todo o pensamento feminista desde seu surgimento nos países ocidentais em 1968/1970, e Delphy as vê hoje como uma tentativa regressiva.

A reivindicação materna poderia ser assim esquematizada:

- tendência a basear os direitos das mulheres - sua reivindicação de liberação - na sua especificidade (e não na sua universalidade, isto é, o fato de pertencerem à espécie humana);

- tendência a fundamentar essa especificidade em uma função particular, a da procriação (isto não é novidade, nem na história das idéias sobre as mulheres, nem na história do feminismo. Mas a ênfase dada hoje à filiação, esta sim, pode parecer novidade);

- tendência a reivindicar direitos especiais sobre outra categoria: as crianças (nesse estágio da evolução da ideologia da especificidade, a novidade consiste em que a maternidade e sua idealização se tornam escudos atrás dos quais avança, mascarada, a recusa da divisão com os homens da propriedade das crianças).

A reivindicação da especificidade materna é, pois, uma reivindicação fundamentada na maternidade; reciprocamente, a maternidade seria especificante. Esta reciprocidade ilustra bem o problema central criado por toda a ideologia da diferença, quer ela se aplique ao grupo

3. ARNUP, Kathryn. *Resources for feminist research*. Toronto: The Lesbian Issue, 1983.

4. WITZMAN, Eleonore J. *The divorce revolution*. New York: Macmillan, 1985.

das mulheres ou a outros grupos: a especificidade permite pedir direitos exorbitantes (no sentido jurídico, isto é, acima dos direitos comuns), não concedidos a outros; mas esta mesma especificidade exige – e aí temos o reverso da medalha – a renúncia a todos os outros direitos, isto é, o tratamento comum.

Na realidade, o que se observa é o crescimento do número das mulheres chefes de família, sendo uma pequena percentagem as mães celibatárias voluntárias, aliada à maioria de mães divorciadas, das quais 90% solicitam a guarda das crianças. Nos Estados Unidos, segundo Witzman⁴, um ano após o divórcio, o nível de vida das mulheres baixa 70%, enquanto o de seus ex-maridos sobe 40%. No ano 2000, a maioria absoluta das pessoas norte-americanas vivendo na pobreza será de mulheres e crianças.

A autora questiona: isto significa que a guarda das crianças é, para as mulheres, a tal ponto importante que estão prontas a aceitar essa baixa significativa em seu padrão de vida? Ou será que, sabendo que seu padrão vai cair, desejam ter as crianças como compensação?

Será a 'reivindicação materna' o motor dessa evolução, ou será ela a racionalização de uma situação prejudicial às mulheres e que elas não sabem de que maneira modificar?

Delphy prossegue exemplificando os debates que se travam hoje no movimento feminista em torno das questões vinculadas à reivindicação da especificidade materna.

Com respeito à preocupação em relação às novas tecnologias reprodutivas (NTR), diz Delphy que o fenômeno das mães portadoras (entre nós, barrigas de aluguel) corre, é verdade, o risco de se transformar em uma exploração de mulheres pobres em benefício das ricas. Será admissível, em tese, que se vendam processos biológicos? Sabemos, por outro lado, que centenas de milhares de prostitutas, dentre as quais 3/4 involuntárias, seqüestradas ou negociadas pelos pais e mantidas em condições de escravidão e de tortura, vendem seu corpo todos os dias, por vezes, sem qualquer benefício pessoal. As mães portadoras se contam às centenas: sua 'exploração' dura 9 meses, é voluntária e a venda desse processo lhes cabe. Se a exploração do corpo fosse realmente a preocupação das críticas, como explicar que as mães portadoras sejam objeto de um escândalo maior para as feministas que a prostituição?

Há também a denúncia de um genocídio, o mito da eliminação das mulheres graças a matrizes (úteros) artificiais. Seria igualmente preciso, para admitir esta hipótese, crer que para os homens as mulheres só existem enquanto lhes prestam serviços. Ainda que verdadeira esta afirmação, é preciso ver que as mulheres não servem aos homens somente como reprodutoras, pois produzem mais da metade do trabalho da humanidade, e 3/4 partes desse trabalho são gratuitas e os beneficiam. Qual seu interesse então em eliminá-las nessas condições, se, além de seus óvulos, também seu trabalho é gratuito? Suprimir as mulheres não redundaria em matar a galinha dos ovos de ouro?

Talvez uma das explicações seja o fato de a sociedade ter sempre acreditado que a filiação materna fosse mais 'biológica' do que a paterna. Essa crença foi abalada pelos trabalhos das antropólogas, em particular os de N.C. Mathieu⁵, mostrando que a filiação materna é tão social quanto a paterna; mas a sociedade abandonou o conhecimento de seu próprio papel, que estava, apesar de tudo, inscrito no Direito, para favorecer o 'biológico'. Assim, a filiação materna não somente mantém seu caráter biológico, mas ela se torna o próprio modelo de filiação. E, hoje, quando o legislador tenta basear, doravante 'na biologia', o papel do pai, algumas feministas, para manterem a vantagem das mulheres no assunto, se opõem ao que chamam 'a biologização da paternidade'⁶.

O problema das crianças e de sua guarda não é considerado exceto sob o ângulo alternativo, da rivalidade, do conflito, ou "o que um ganha, o outro perde". Não é questionado por ninguém e parece a todos um fato lamentável, embora sem remédio. Que esse fato esteja ligado ao estatuto da propriedade privada das crianças – e que esse estatuto não seja mais inevitável que qualquer outro estatuto social – não preocupa ninguém tampouco.

Parece a Delphy que um projeto feminista que não questione todas as formas de submissão – inclusive aquelas que parecem naturais, já que afinal estamos bem situadas para saber que a nossa submissão também o era, ou melhor, ainda o é – tornar-se-á um projeto corporativista, e não merecerá o nome de projeto de libertação.

DANDA PRADO ■

5. MATHIEU, Nicole-Claude. "Paternité biologique, maternité sociale". In: Andrée Michel, *Sexisme et sociétés*. Ed. Femmes, Paris, P.U.F., 1977.

6. VANDELAC, Louise, DESCARRIES, Francine e GAGNON, Gemma. Du privé au politique: la maternité et le travail des femmes comme enjeux des rapports de sexe. Montréal: U.Q.U.A.M., 1990.

Quando o feminismo é pós-moderno

Pós-modernismo e política

HOLLANDA, Heloisa B. de. (org.)

Rio de Janeiro: Rocco, 1991, 273 p.

A poética do pós-modernismo

HUTCHEON, Linda. Tradução de Ricardo Cruz.

Rio de Janeiro: Imago, 1992, 331 p.

O termo pós-modernismo continua causando desconforto e muita dúvida a quem se propõe identificá-lo. Talvez por sua instabilidade no que se refere à compreensão de uma teoria, talvez por uma série de polêmicas que há mais de duas décadas vêm se estendendo em torno dele, ou, talvez, pelo gigantesco raio de mudanças que pretende abranger. Da concepção da obra de arte ao feminismo, da crítica à razão iluminista às minorias, da literatura aos movimentos étnicos, qualquer discussão nova os partidários do termo tentam incluir em sua seara. Ao passo que seus detratores tentam reduzi-lo a puro continuísmo histórico ou neoconservadorismo(*). É essa a primeira impressão que nos causa a leitura dos livros Pós-modernismo e política e A poética do pós-modernismo, lançados no mercado brasileiro, respectivamente, no segundo semestre de 1991 e no primeiro deste ano.

Pós-modernismo e política, coletânea de oito textos organizada por Heloisa Buarque de Hollanda, foi o primeiro a oferecer ao público brasileiro esse debate. Através do artigo "Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista", da norte-americana Jane Flax, o livro apresenta o feminismo como objeto identificado com as noções pós-modernas. Também em A Poética do Pós-Modernismo, de Linda Hutcheon, professora de língua inglesa da Universi-

dade de Toronto, Canadá, o feminismo é introduzido como um grande impacto sobre a orientação pós-moderna, onde as narrativas mestras, as tendências centralizadoras e o pensamento humanista são questionados.

Apesar de a teoria feminista e as noções pós-modernas terem surgido igualmente nos departamentos de literatura das universidades norte-americanas e francesas, percebemos, ao longo dos ensaios, que a aproximação entre os dois projetos é feita com muito cuidado. Mesmo porque, nas décadas de 60 e 70, o feminismo surge como ponta-de-lança dos movimentos sócio-culturais do período, que levaram boa parte dos intelectuais a repensar um novo paradigma cultural. Entretanto, a questão do feminismo e pós-modernismo, hoje, ultrapassa as barreiras dos estudos literários, uma vez que ambos constituem noções teóricas interdisciplinares.

Jane Flax, em seu artigo, e Linda Hutcheon, em seu livro, embora concordem sobre o discurso, modo de pensar e contradições da filosofia pós-moderna, discordam radicalmente da forma com que o feminismo pode ser relacionado a essa teoria. Apesar das divergências, os dois ensaios são unânimes na afirmação do pós-modernismo como uma espécie de receptáculo de todas as mudanças políticas, sociais e principalmente culturais ocorridas nos últimos trinta anos. É nesse viés que o feminismo torna-se (ou associa-se ao) pós-moderno. Jane Flax, assim como Hutcheon, apregoa o fim do iluminismo e coloca em questão a estabilidade do 'eu', a razão da ciência e a verdade absoluta e universal. Entretanto, se para Flax a teoria feminista pode ser considerada um tipo de filosofia pós-moderna, para Hutcheon, feminismo e pós-modernismo não devem ser equiparados. No mínimo, afirma a canadense, as teorias feministas fazem parte dos discursos teóricos que o pós-modernismo compreende.

Mais interessada na questão política e inovadora do feminismo, Linda Hutcheon o introduz como um dos agentes que permitiram dar à história uma nova versão. Sua tese, aliás, é voltada para a problematização da história pelo pós-modernismo. Ao contrário de Flax, Hutcheon mantém o feminismo independente da teoria pós-moderna. "Integrar o projeto feminista ao projeto pós-moderno seria simplificar e desfazer o importante planejamento político do feminismo", afirma.

* Segundo Andreas Huyssen, no artigo "Mapeando o pós-moderno", existe uma tendência de se pensar o "pós-moderno como continuidade do modernismo. Para os autênticos pós-modernistas", no entanto, o termo significa uma ruptura com a tradição modernista, identificada com o novo iluminismo.

Flax, por sua vez, adianta que as noções feministas de ego, conhecimento e verdade são totalmente contrárias àquelas apregoadas pelo iluminismo, sendo, por isso, mais próximas da teoria pós-moderna. "O caminho para o futuro feminista não pode se basear em reviver ou apropriar-se de conceitos do iluminismo". Seu artigo, bastante incipiente em relação ao atual estágio da teoria feminista, é dividido em seis itens, nos quais, além de posicionar o pós-modernismo como única filosofia capaz de interpretar a contemporaneidade, introduz o já conhecido problema das relações de gênero na teoria feminista. Sob o título "Pensando as relações", a autora faz um breve relato da questão vista pelas teóricas francesas, que se baseiam no estudo da linguagem, e das feministas socialistas, que tentam aplicar a teoria marxista ao feminismo, incorporando com isso as falhas históricas do mesmo.

Os dois trabalhos nos deixam dúvidas e a estranha sensação de que a teoria feminista

gravita solitária no meio desse emaranhado de contradições e instabilidades chamado pós-modernismo. Ao incluir a teoria feminista num projeto maior, no caso o pós-modernismo, não se estariam reeditando as idéias totalizantes do iluminismo? E, até que ponto a teoria feminista, assim como as teorias étnicas, não produziram, a partir de um pensamento dito descentralizador, novos centros e modos totalizantes de pensar? A própria Flax levanta a questão ao argumentar que, na teoria feminista, "a busca de um tema definidor da totalidade ou do ponto de vista feminista pode exigir a supressão de importantes vozes de pessoas com experiências diferentes das nossas". Fica claro, no entanto, que apesar dos impasses entre movimento, teoria feminista e pós-modernismo, esse conjunto de idéias vem nos permitindo dar uma nova feição não só à vida cotidiana, como a toda produção e revisão cultural.

VALÉRIA LAMEGO ■

Entre a esperança e o apocalipse

A mulher no terceiro milênio. Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro

MURARO, Rose Marie

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992,
205 p.

Em seu último livro, *A mulher no terceiro milênio*, Rose Marie Muraro realiza um autêntico *tour de force*: sintetizar, em pouco mais de 200 páginas e numa linguagem acessível, as grandes linhas do devir humano. Não é, porém, a história oficial que interessa à autora, mas aquela que raramente veio à tona antes das duas últimas décadas. Se a mulher é o fio condutor, a preocupação subjacente é com a humanidade como um todo, na tentativa sempre válida de buscar respostas para as eternas perguntas: quem somos? de onde viemos? para onde vamos? Das indagações sobre as origens à inquietude

quanto ao futuro, é clara a visão da autora: somos parte integrante da natureza, nela surgimos e dela dependemos para subsistir. E talvez a história do patriarcado seja a da negação ou do mascaramento desse vínculo.

Alinhar a história do ponto de vista da mulher é *a priori* uma atitude crítica, pois implica não só preencher as lacunas, transformando ausências em presenças, mas em desconstruir os mitos e visões unilaterais. Nos capítulos sobre as origens, os mitos são apontados: as teorias sobre o reino animal que procuram justificar uma sociedade hierárquica, coercitiva e competitiva; as idéias freudianas (e hobbesianas) sobre a 'horda primitiva' e o dualismo de Lévi-Strauss, ao colocar o tabu do incesto e a troca de mulheres como divisor universal entre cultura e natureza. Nossa existência sobre a Terra abrange uns dois milhões de anos (enquanto o patriarcado só existe há cerca de dez mil anos, ou 0,5%). O despertar da animalidade para a humanidade, com a conquista da palavra falada e da posição ereta, foi muito lento. As pesquisas mais recentes indicam que, provavelmente, nas primeiras culturas, as relações ho-

mem/mulher estavam estreitamente ligadas àquelas que os dois gêneros mantinham com o meio ambiente, através de suas formas de subsistência.

Portanto, não haveria modelo único, nem de homem das cavernas, nem de patriarcado (como avesso do patriarcado), numa época em que sequer existia a concepção de poder. Haveria, apenas, na maioria delas, uma dominância das mulheres, na medida em que o laço mais importante era entre mães e filhos, como ocorre em inúmeras espécies animais, incluindo as que nos são mais próximas. É só com a consolidação do patriarcado que as "relações de dominação (violência) do homem com a natureza terão como condição necessária para o seu funcionamento a relação de dominação entre homens e mulheres e dos homens entre si".

Em largas pinceladas, a autora situa a mulher nas fases subseqüentes, mas destaca como indispensável à compreensão das mais recentes a noção de aceleração da história, na medida em que esta se constrói não apenas por continuidade, mas também por mutações. E essa aceleração é também tecnológica, pois a cada fase de relação dos seres humanos com o meio ambiente corresponde um avanço da tecnologia.

No Ocidente, a ideologia de um progresso linear contínuo, que se estende do iluminismo do século XVIII até a I Guerra Mundial, acompanha as grandes transformações da industrialização. Mas, mesmo consideradas em termos estritamente materiais, elas estão bem longe de ser homogêneas: por vivermos num sistema competitivo, os avanços são controlados por alguns e usados como instrumentos de dominação sobre os demais. E temos o seguinte paradoxo: 90% de todas as invenções da humanidade se realizaram no século XX, mas hoje 2/3 dos seres humanos passam fome para que 1/3 possa comer exageradamente; é possível também destruir o planeta mais de cem vezes com o arsenal atômico acumulado no último meio século e, pior que isso, a exploração desenfreada está destruindo o ambiente de forma tal, que muitos prevêem que se chegará a um ponto de não retorno em duas décadas, se as tendências atuais persistirem. O sistema é também polarizante: no início do período industrial, os povos mais desenvolvidos eram apenas cinco vezes mais ricos que os mais pobres; neste século, as proporções passam, para 20 por 1 em 1960, 46 por 1 em 1980 e a velocidade do afastamento entre pobres e ricos tende a crescer ainda mais neste fim de milênio. E esse mesmo padrão concentrador se repete em cada país.

Este é o panorama visto de fora, mas como

seria o de dentro? À aceleração histórica e tecnológica corresponde uma escalada das estruturas de poder, que se cristalizaram com o patriarcado mas assumem hoje dimensões planetárias. À medida que essas relações se alteram, transforma-se a estrutura psíquica de homens e mulheres, através da socialização das gerações. Quando o patriarcado se instala plenamente, a relação entre os sexos já passara a ser de medo ou hostilidade. O homem foge do afeto que o torna vulnerável, um risco que pode ser mortal nas sociedades patriarcais mais rígidas. Sua libido se cinde e se dirige em parte a objetos não-corpóreos e a várias modalidades de controle.

A racionalidade passa a prevalecer sobre a imaginação e a emoção e é essa racionalidade dissociada que comanda a história, através da violência e da competição em todos os níveis. O corpo é reprimido em favor do espírito, a intuição cede lugar à inteligência linear. A cisão também se verifica na divisão entre âmbito público e privado e na divisão sexual e social do trabalho. O conflito substitui a solidariedade e a cooperação. Mas, sob essa estrutura competitiva abrangente, a maioria das mulheres permanece ligada aos antigos valores, porque, confinadas ou não ao privado, sua função mais importante continua a ser a de cuidar da geração e conservação da vida. Por isso, as dicotomias emoção/razão e corpo/espírito são nelas menos acentuadas. Assim, embora as chamadas características femininas sejam culturalmente desvalorizadas, são elas que ainda permitem uma certa integridade, enquanto o homem precisa necessariamente se dividir para cumprir o seu papel. É como se todos fossem carimbados até o mais íntimo de seus seres sexuais, processo que se manteve com poucas variações durante milênios.

No fim do século XX, entretanto, é a própria divisão sexual e social do trabalho que está mudando e a entrada em massa das mulheres no domínio público cria condições para pôr fim a essa dicotomia. O sistema deixou de ser monolítico e é trabalhado por suas próprias contradições, mas a mudança de mentalidade de homens e mulheres é um processo muito mais lento e complexo. Apesar disso, pode-se dizer que se esboça uma revolução subterrânea, em boa parte mal avaliada ou não percebida em todas as suas potencialidades. Se a competição está na base da destruição, só o retorno a valores a ela opostos, e que governaram a vida humana durante muito mais tempo, poderia brecá-la.

A permanência ou não da espécie depende, pois, de como os seres humanos vão se

comportar neste fim de milênio, que aponta também para o fim do patriarcado. Estamos, assim, naquele momento crítico em que, na expressão lapidar de Gramsci, o antigo está morto mas o novo ainda não acabou de nascer. Neste trabalho de parto, o papel da mulher é também crucial, mas as transformações necessárias para reverter o processo destrutivo vão bem além de uma simples mudança na condição feminina. Implicam igualmente em novas maneiras de conceber o conhecimento, a ciência e a tecnologia. Um conhecimento que não se afaste do concreto e do vivido, e que já seria ético por sua própria definição, exigiria uma postura epistemológica não-dualista, a qual só poderia se desenvolver numa era pós-econômica. A satisfação das necessidades reais teria de substituir a produção e o consumo compulsórios e modelos alternativos de partilha mais equilibrada teriam de substituir a selvageria do mercado.

Utopia – dirão aqueles para quem a mudança é heresia ou os desiludidos com as heresias que substituíram as religiões, transformando-se em ideologias. Quando temperada com boa dose de realismo, ela não é escapismo, mas desafio: "a superação do patriarcado e do sistema competitivo"... diz Rose, ..."não é algo para a atual geração; mas se não se concretizar nas duas ou três que nos seguirão, pode simplesmente não ocorrer em tempo hábil". Ao afirmar que "a necessidade de sobreviver é a única mola que impulsiona qualquer utopia", em vez de nos servir um 'refogado' insípido de dogmas fechados ou a 'dobrada à moda do Porto frio' do conformismo ou do desespero nihilista, Rose prefere nos oferecer um prato mais saboroso: a possibilidade de uma esperança inteligente.

MARIA CARNEIRO DA CUNHA ■

Uma vanguarda crítica em revista

Impressões nº 3

Ed. Mulher Inteligente, Curitiba, 1992, 62 p.

Impressões lança seu número zero em 1987. Na capa, como chamada, a conjunção de duas idéias-força: Feminismo e Cultura. O número 2, publicado dois anos depois, mantém a mesma chamada, então correlacionada pela identificação: Feminismo é Cultura. São precisos – infelizmente – mais três longos anos para que, novamente, Impressões, sem chamada de capa, nos venha brindar com esse *mix*, que lhe é peculiar, de humor, rebeldia, engajamento e abertura. Ingredientes que tornam o alternativo sofisticado e interessante.

Porque Impressões mantém-se – por opção consciente e não por imposição destes tempos recessivos em idéias e recursos – uma revista deliberadamente alternativa. Alternativa por garantir um espaço de debate feminista sem entraves, por resistir às intempéries que fazem naufragar tantos projetos coletivos (os conselhos executivo e consultivo da revista permanecem solidários, as leitoras e leitores também), por persistir no desejo de permanecer verdadeira, numa radicalidade própria, sem compromissos de conjuntura.

Neste número mais recente, e ainda modesto no tamanho, Impressões reafirma a importância da cultura feminista, seja ao falar da escritura das mulheres, "escritura do corpo", como define a entrevistada, a escritora Hélène Cixous, seja ao abordar a produção das mulheres no teatro brasileiro, num texto de Ana Maria Taborda, seja ao enfatizar o lado literário do movimento de mulheres, logo, de uma outra cultura política, no artigo de Eleonora Menicucci de Oliveira, seja, ainda, ao ampliar, numa resenha do livro de Susan Brownmiller (Contra nossa vontade), o resgate da denúncia dos estupro praticados em épocas de guerra e até muito recentemente esquecidos e discriminizados como males menores, numa hierarquia de atrocidades instituída a partir do corte de gênero. Hierarquia, portanto, absurda.

De grande interesse, o dossiê sobre as mulheres do Leste europeu, de autoria de Slavenka Drakulic, jornalista e escritora feminista iugoslava, publicado na revista americana Ms. Procurando despojar-se de alguns preconceitos contra suas vizinhas da Hungria, Polônia, Tcheco e Eslováquia, Bulgária e da antiga União Soviética, aquelas mesmas que no verão circulavam entre os vários países do bloco socialista, em

busca de férias, com seus carros "entupidos de crianças, barracas e enlatados, com shorts anti-quados, sandálias de plástico", Drakulic retrata as contradições, as legadas e as novas, que o fim do socialismo real trouxe para as mulheres do Leste.

Entrevistando profissionais de distintas áreas e donas-de-casa, Drakulic descreve um cotidiano difícil e, por vezes, desalentador para essas mulheres. É comum no discurso da maioria a sobrecarga da dupla jornada, uma vez que se alcançou uma elevadíssima taxa de atividade (em torno de 90%) da população feminina – "as mulheres passaram a trabalhar como homens" – sem que houvesse ganhos reais na divisão sexual do trabalho doméstico e na modernização desses serviços nos níveis familiar e individual. É igualmente comum a constatação da existência de fortes desigualdades salariais e nas oportunidades de emprego e qualificação.

Hoje, o aborto, enquanto prática legal, vem sendo contestado e ameaçado pelas novas alianças políticas que passam a legitimar e consolidar os processos nacionais de democratização. Isso toma dimensões inquietantes em países como a Polônia, onde a nova proposta de lei defende a interdição total do aborto, com punição de três anos de reclusão para a mulher e o médico. O mesmo ocorre na Croácia (Iugoslávia), onde questões étnicas, de fundo nacionalista, passam a contestar o direito ao aborto, valorizando, ao contrário, a maternidade: cada mulher croata, em idade de procriar, deve ter no mínimo três filhos, sendo cinco o ideal.

Na Bulgária, por exemplo, onde prevalece uma combinação de socialismo e orientalismo,

o adultério é tolerado para os homens, mas não vale para as mulheres. Na Hungria, o homossexualismo ainda é ilegal e objeto de penalização.

Para as mulheres da antiga RDA, a unificação, no entanto, parece contestar certos direitos adquiridos, entre eles o do aborto livre e condições relativamente estáveis de reprodução, via subvenções públicas, como auxílio moradia, creches, custo de vida baixo. Como 30% das crianças nascem de mães solteiras, que trabalham 48 horas por semana e recebem salários modestos, a economia de mercado torna-se ameaçadora. Tais mudanças têm levado à renovação do movimento feminista, que na própria RDA passa a questionar o princípio de produtividade, identificado como masculino.

Essas mudanças têm revelado, assim, uma pseudo-emancipação feminina, propiciando a emergência de novas formas de organização autônoma das mulheres. Associações são criadas (Associação Independente de Mulheres e Lila Offensive, na RDA; a Associação Feminista Polonesa; a Aliança Independente de Mulheres, na Iugoslávia), manifestos publicados (Declaração Feminista Húngara) e revistas lançadas, embora em países como a Bulgária e a Romênia a mobilização das mulheres ainda não tenha levado ao surgimento de espaços autônomos de organização e intervenção política.

Impressões é publicada pela editora Mulher Inteligente, que, como o nome indica, tem tudo para continuar dando certo. A editoria está nas mãos de Danda Prado, Angela Arruda e Maria José de Lima.

LENA LAVINAS ■

O mistério feminino do segredo

O segredo feminino do mistério (ensaios de teologia na ótica da mulher)

BINGEMER, Maria Clara

Petrópolis: Vozes, 1991

Ler Maria Clara Bingemer, uma mulher que se escolheu teóloga, foi um privilégio. Em primeiro lugar, pela vigorosa leitura que ela me pro-

porcionou das Escrituras Sagradas, particularmente dos Evangelhos, dos quais emergem figuras femininas até então praticamente apagadas aos meus olhos. Entre essas figuras e Maria Clara: a escrita. Entre Maria Clara autora e eu leitora, novamente a escrita.

Confesso que entrei vagarosamente no aconchego dessa teologia fêmea, que não se restringe a este aspecto, mas o instaura e o afirma até para se ultrapassar. E me espantei. Com o quê? Com o "sacro ofício da recriação do verbo". Em todos os textos que tecem o livro,

a alegria evangélica que não perde o fio do desejo. O grande, imenso desejo de que haja um verbo feminino, gerador de novos espaços, de mares nunca dantes navegados (navegar é preciso, viver não é preciso). De um verbo criador do tempo em que a voz se solta e a palavra feminina se acende.

Além do espanto, a comoção. Este é o segundo motivo pelo qual me sinto privilegiada com a leitura de O segredo feminino do mistério. Comoção diante da *solidariedade*, *solidariedade* de presente nos ecos de um desejo que em mim pressinto: o desejo do mistério. Mistério no qual o masculino se torna feminino através de um refinado trabalho com os textos, da luta contra suas aparências ou ranhuras, contra seus oblíquos desvios, desvios que escaparam aos homens que os escreveram no gesto mesmo de construí-los. Nesse movimento, a autora me fez delicada companhia, não como instrumento de saber, mas como incenso que perfuma e cria uma atmosfera. Uma atmosfera de escuta da palavra, ato primeiro, como ela diz, da evangelização.

Maria Clara: tentei ouvi-la. Tentei ouvi-la em todos os instantes na voz de outras mulheres que modularam a sua voz, segundo o seu desejo de verdade, ou a verdade do seu desejo, como queira. Acompanhei Maria. Acompanhei a samaritana, a cananéia, a hemorroíssa. Acompanhei Maria Madalena, Marta de Betânia, Júnia, as filhas do evangelista Felipe, Lídia. Acompanhei também Maria José da Rocinha e todas as outras mulheres iluminadas que, num trabalho árduo e anônimo, constroem cotidianamente o Reino, como você diz. O que ouvi?

Ouvi a música que espargiu dos espaços restritos do feminino. Imaginei uma explosão de lamentos, gritos e queixumes se ampliando pelas frestas abertas de uma ordem rígida e cristalizada. Fui envolvida, no entanto, por fios sonoros que me alertaram para o sentido novo da consciência de uma velha opressão, que agora se expande em gozo de Anunciação. Ouvi (vendo) a encruzilhada que você desenha com seu corpo e seu espírito entre o texto, o ofício religioso e o ofício de ser e estar mulher num mundo construído pelo discurso masculino. Talvez como espelho da sua voz, repito aqui os trechos de uma poesia da mineira Sonia Queiroz, onde ela diz:

e eis-me empenhada
em sacro ofício
este meu corpo
e o meu sangue

tomei
e comi e bebei

e seja feita a vossa vontade
a festa

tomei
e gastei só em mim
de todas as vossas virgens toda
a culpa

e eis-me empenhada
em sacrilégio
este o meu soldo
e o meu saldo

Em Sônia, como em Maria Clara, a cosmogonia de uma nova mulher, subversora dos ritos, dona do seu verbo, menos amordaçada, irresistível no seu ofício de renascer. Teria limites esse renascimento? Que bom seria, se não tivesse!

Será que essa pitada de melancolia aborrece? Gostaria de falar sobre essa quase ducha de água fria depois de enfunar as velas na direção das delícias do feminino como encarnação da gratuidade, da esperança, da tenacidade, da resistência, da ousadia, da luz, da criação, do desejo. Como querem alguns, aos pulos, os sapos saem da penumbra. A que sapos me refiro? Por que abandonar as velas se enfunando aos ventos e preferir os sapos enfunando papos?

Sem qualquer desdouro aos sapos, é neles que fui buscar apoio para construir a imagem do que consigo perceber como a ameaça mais empedernida e rebelde da opressão no feminino e do feminino. Como essa rebelde mulher, oprimida sim, mas repressora também, foi sendo construída durante séculos?

Essa construção, diria, teve duas bases de apoio: a religião e a educação. Não é por acaso que, especialmente levando em conta a questão do gênero, ocorra um silencioso e sutil movimento de deslizamento de questões e concepções do campo religioso para o campo estritamente pedagógico. Quem de nós não ouviu falar que 'sem educação não há salvação?' Quem de nós não se empanturrou com as prescrições de como ser ou não ser um bom professor, através de toda tipologia de atitudes que se insinuaram nas nossas práticas, nas nossas cabeças e nos nossos corações? Quem de nós não ouviu falar da missão de ensinar a ensinar? Quem de nós não falou a si mesmo sobre o amor, o entusiasmo, a fé, o apostolado, a perfeição pedagógica? Ainda hoje, como avalia Eliane Lopes, continua-se a ensinar a ser. Valaria a pena retomar as suas perguntas e fazê-las nossas: "Será que ninguém aprende mesmo depois de tantos séculos, de tantas vezes repetido? Por quê?"

Sem dúvida existe um *ethos* pedagógico religioso e feminino escandalosamente autoritário e ressentido. Mas ele, felizmente, está impregnado de conflitos e lutas. Esse *ethos* não pode ser deixado de lado pela História da Educação (nem pela Teologia). Em ambas, a palavra é necessária. Como lidar com ela? Como escapar das repetições de modelos autoritários que nos iludem, que desgastam a carnalidade das concepções e dos valores mais generosos, que driblam nossos anseios mais profundos de renovação? Essa questão me inquietava como profissional da educação e, agora, como leitora de Maria Clara. Gostaria de ouvi-la a esse respeito. Por esse motivo, repito a indagação em outros termos.

Como escapar da postura autoritária que pode estar presente debaixo de palavras aparentemente altruístas, que imobilizam ou retardam nosso desejo de mudança? Ou ainda: como não cair na armadilha do feminino enquanto visão idealizada que encobre o que há de mais conservador na elaboração do ser mulher?

A leitura do texto de Maria Clara também me provocou a indagação, talvez um tanto herética, sobre a possibilidade de construção dos objetos do desejo. Não seria, a rigor, essa construção impossível? Teria o desejo um porto definitivo?

Com estas questões talvez eu esteja, de um modo até pouco pertinente, admitindo que a minha capacidade de ouvir o texto de Maria Clara tem limites e exige maior apuramento. Toquei num ponto nevrálgico para a autora, assim parece, no que diz respeito à elaboração teológica feminina: a experiência mística ou, em outras palavras, 'a união profunda com o mistério'. Essa união que gera e fortalece a fé, entendida como 'conhecimento verdadeiro', luz que comporta sombras até o momento de se tornar visão, é para mim o 'não domesticável', o 'não simbolizável' presente nas intenções do texto, na expressão da autora, na minha permanente tensão de viajante que ascolta os parágrafos, as notas, as citações, as marcas de uma pulsão que propõe a prática da mistagogia, enquanto arte de ajudar os outros a descobrirem os "caminhos insondáveis e sempre originais da experiência de Deus".

Esse mistério, do qual quero sempre fugir, pura presença, corajosa entrega ao presente, gratuidade, liberdade, plenitude, está, paradoxal e literalmente, na minha mesa de trabalho. Mesa de trabalho que é mesa de existência, *diria* Bachelard, "existência em tensão para um adiante, um mais adiante, um acima". Nessa mesa de trabalho, a mão feliz e artesã, que só pensa sendo ativa na palavra, com ela e contra ela, criou certa leitura do texto e, nesta criação,

exercitou dois registros permanentes do processo de humanização e de acolhimento do divino: o esforço constante e a abertura para a surpresa. Nessa perspectiva, O segredo feminino do mistério se tornou, em minha apreciação, o mistério feminino do segredo. Segredo tão desejado e anunciado por Maria Clara. Não sei se tão desejado, mas com certeza ainda não conquistado por mim. Como alcançar, num instante de condensação, dois sentimentos tão contraditórios: o horror do mistério e o seu próprio êxtase?

De qualquer forma, o delicioso jogo da leitura é acrescentar-lhe algo, algo que está ligado a nossa própria vida e que transborda em palavras escritas, escritas para tudo dizer, para nada dizer, para melhor dizer. O resultado desse transbordamento é grande, não necessariamente pelo que produz, mas talvez pelo que encontra. Encontrei Maria Clara eleita pelo mistério e, nessa eleição, anunciando jubilosamente a solidariedade do destino humano com a transcendência.

No centro dessa solidariedade estão o homem e seus sofrimentos que podem ser mitigados pela fraternidade de todos nós, seres ouvintes e relacionais. A fraternidade é o desafio maior do nosso processo de humanização. É ela que resgata o mundo como provocação concreta e resistência a exigir a intervenção ativa dos sujeitos, na luta contra a própria alienação e a do seu próximo.

A militância fraterna, no entanto, particularmente no caso da mulher, da mulher Maria Clara, não negligenciou o contato visceral com a estética da escrita. Nela, o feminino transformou-se no poder da linguagem que atacou e feriu a linguagem do poder no campo teológico. Aí reside uma das dimensões do mistério do segredo feminino: a inescapável experiência da solidão criadora, da inteligência e da sensibilidade que se lançam para o desconhecido. Na pedagogia do mistério, entendida como aventura espiritual, sou ainda aprendiz. Nesse sentido, pelas mãos de Maria Clara, acolhi a palavra semi-oculta do segredo com reverência e prazer.

CLARICE NUNES ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. O direito de sonhar. SP, Difel, 1985.
- BRANCO, Lucia Castello e BRANDÃO, Ruth Silviano. A mulher escrita. RJ, Casa Maria Editorial: LTC Ed., 1989.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. A sagrada missão pedagógica. BH, Faculdade de Educação da UFMG, tese apresentada ao Concurso de Professor Titular, 1991.

Deseo y ficción doméstica. Una historia política de la novela

ARMSTRONG, Nancy

trad. Maria Coy. Madrid: Cátedra, 1991,
301 p.

Há livros que muito prometem no título e, no entanto, suas páginas oferecem ao leitor um sorriso amarelo; há os honestíssimos que se regem pela batuta da descrição e da descrição; mas há ainda aqueles que se põem na vitrine com um nome descritivo, frequentemente referente ao objeto estudado, e a cada página brindam seu leitor com o gozo de conviver com uma talentosa inteligência capaz de propor uma nova interpretação para temas já muito discutidos. Este é o caso do livro de Nancy Armstrong, *Deseo y ficción doméstica*, tradução espanhola de *Desire and Domestic Fiction* (Oxford University Press), que a Editora Cátedra, em colaboração com a Universidade de Valência e o Instituto da Mulher de Madri, colocou nas livrarias espanholas em fevereiro de 1992. Considerando a data de publicação do original – 1987 – e o teor do trabalho, causa estranheza o fato de não ter havido ainda uma repercussão das teses da autora entre a crítica literária, tanto a dedicada aos estudos sobre mulher como aquela voltada para a reflexão sobre o romance.

O núcleo do objeto de estudo de Nancy Armstrong é o arco constituído, fundamentalmente, pela ficção do mundo doméstico produzida na Inglaterra durante os séculos XVIII e XIX. Defém-se na análise de *Pamela* (Richardson), *Emma* (Jane Austen), *O morro dos ventos uivantes* (Emily Bonté), *Jane Eyre* e *Shirley* (Charlotte Brontë) e, para concluir sua reflexão, completa o corpus do trabalho examinando "Fragmento de uma análise de um caso de histeria" de Freud e *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf. A autora leva os romances a dialogarem com textos de outra natureza contemporâneos a cada um deles, percorrendo obras filosóficas, manuais de conduta, escritos econômicos ou a teoria da evolução natural de Darwin. Tal debate entre textos sempre se dá em um terreno

firme, construído pelo contexto social em que cada obra se insere, contexto este também tecido de forma extremamente criteriosa. Desse modo, o perfil de cada romance é esboçado como força viva na dinâmica do processo de produção cultural de cada momento histórico.

Não apenas pelo objeto mas também por sua natureza, a reflexão da autora desenvolve-se de modo a transformar em interlocutores dois veios da crítica. Um é aquele constituído a partir de Ian Watt que analisa *A ascensão do romance* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990) como um processo diretamente vinculado a uma especificidade da forma literária e à transformação de seu modo de produção e circulação. O romance teria sabido aproveitar o hábito de leitura criado pelo estilo simples dos jornais e pela vulgarização dos textos bíblicos nas camadas médias e baixas da sociedade, teria consolidado seu público leitor, teria posto o livro em uma relação de mercado livre e, veiculando a prosa da vida doméstica cotidiana, teria contribuído para a construção da hegemonia ideológica da nova classe em ascensão, a burguesia.

O outro conjunto de interlocutores de Nancy Armstrong é constituído por tendências da crítica feminista que, tomando os mesmos fundadores do romance estudados por Watt, concentraram-se na análise de um aspecto fundamental que o crítico não havia problematizado, qual seja, a questão do gênero, pois, afinal, esses romances eram lidos por mulheres, frequentemente as colocavam na função de personagens principais e muitos eram escritos por elas. Alguns dogmas dessa crítica feminista vêm abaixo, especialmente aqueles que se vinculam à interpretação da mulher autora ou personagem como vítima: a sociedade burguesa teria trancafiado a mulher na vida doméstica do lar e a teria excluído do espaço público; o romance seria a história da repressão de seus desejos; na escrita, a mulher procuraria compreender e exorcizar uma carência ou rebelar-se contra o silêncio a ela imposto. Confinada, a mulher seria um ser político de segunda classe.

Reconhecendo a importância da crítica feminista, que legitimou a questão do gênero como um fecundo ângulo de análise e incentivou um reexame de todo o conhecimento já constituído, Nancy Armstrong caminha no sentido de considerar os limites de tal proposta e

reexamina o processo de ascensão do romance com outros pressupostos teóricos. Sua perspectiva de análise resulta da combinação de duas categorias sociológicas: a de gênero e a de classe. A partir desse ângulo, a autora refaz o percurso histórico, procurando revelar o quanto a mulher da ficção do mundo doméstico é ativa e como ela representa um importante papel de agente transformador da sociedade. Enfim, o ensaio constrói a mulher como um ser social dotado de grande poder político.

Como breve amostra do modo de composição do ensaio de Nancy Armstrong, pode-se observar o estudo de Pamela, o primeiro romance em que ela se detém e no qual a autora apóia os pilares de sua argumentação. O exame desta obra de Richardson é precedido de um longo e instigante estudo dos manuais de conduta de fins do século XVII e princípios do XVIII, dirigidos para mulheres e, frequentemente, escritos por mulheres. Observando tanto o autor e o destinatário como os conselhos veiculados nos manuais, Armstrong aponta uma mudança fundamental que se teria operado em poucos anos nesses textos: eles haviam deixado para trás o mundo da aristocracia e destinavam-se a um público bastante heterogêneo, como pequenos proprietários de terra e comerciantes, mas que ainda não haviam percebido que poderiam ter interesses comuns a defender, manifestando em outros textos da mesma época um veemente antagonismo. Assim, o ensaio vê nos manuais de conduta o primeiro instrumento ideologicamente eficaz para tirar a aristocracia do centro da cena ao mesmo tempo em que começa a semear sinais da identidade possível das camadas médias da sociedade necessárias à consolidação da hegemonia burguesa. Pamela é analisado em contraponto com esses manuais.

Na escritura de Pamela, Richardson conseguiu fazer uma dupla manobra que assegurava que seu romance não era um romance, no sentido pejorativo da palavra, ainda que fosse efetivamente uma obra de ficção. Colocou as estratégias da literatura dos livros de conduta na moldura da ficção e colocou as estratégias da ficção mais prejudicial – uma narrativa de sedução – na moldura de um manual de conduta. (p.137)

Sem dúvida, Pamela levou adiante a mesma luta para definir a mulher que se travava em todos os escritos que aludissem à necessidade de uma educação feminina e de uma reforma das práticas sexuais. Representada como uma luta entre um patrão e sua criada, Pamela inscrevia essa luta, primeiramente, no lar e, imediatamente depois, na escritura que transformou a

própria Pamela em uma forma especialmente feminina de subjetividade. A diferenciação e o enclausuramento do eu feminino era, antes de mais nada, uma vitória do eu moderno sobre o sistema político que se baseava em um lar governado por um homem e gerido sob seu mandato. Se uma criada podia reclamar a posse de si mesma como sua primeira propriedade, praticamente qualquer indivíduo devia ter, de modo similar, um 'eu' para preservar ou dar em uma forma moderna de relação com o Estado. (p. 147)

Para Nancy Armstrong, Pamela, além de acrescentar uma cláusula sexual ao contrato social, pôs em segundo plano a mulher aristocrática, figura de valores transparentes, tais como riqueza, nome e título, e construiu outro modelo de mulher: aquela que não se pode conhecer pela aparência, aquela que é dotada de subjetividade. Assim, Pamela teria constituído um alicerce fundamental da concepção burguesa de indivíduo. Dessa forma, Armstrong retoma o diálogo com Ian Watt, que havia interpretado a ascensão do romance vinculada à configuração do indivíduo, fundada na legitimação da particularidade da experiência. A esta tese a autora acrescenta uma dimensão fundamental para a noção de indivíduo: a da subjetividade. Nessa medida, a personagem feminina de Richardson assumiria o caráter fundador do homem moderno como ser social.

A partir dessa interpretação do romance, Nancy Armstrong percorre todos os demais textos e postula a necessidade de compreender o papel do homem e da mulher como parceiros igualmente ativos e importantes para a construção e manutenção da hegemonia burguesa nos últimos três séculos, cabendo à crítica o trabalho de esboçar as diversas configurações literárias desse longo processo.

VALÉRIA DE MARCO ■

Ainda o poder da sedução

Eu, mulher da vida

LEITE, Gabriela Silva

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992,
175 p.

O livro de Gabriela Silva Leite, a Gabi do jornal *Beijo da Rua*, suscita de imediato três questões: a do livro-depoimento escrito por *ghost-writer*; a da prostituição como profissão escolhida e prazerosa; e a do movimento feminista frente ao tema prostituição. Vamos à primeira.

Até que ponto o livro é de Gabriela ou de Gustavo Barbosa e Ricardo Costa? No posfácio que é incluído exatamente para falar da função do *ghost-writer*, eles dizem que "o livro é de Gabriela. E foi muito bom tê-lo escrito". Ai está a dúvida, explicitada aliás com muita graça. Ao escrever, ao transpor simbolicamente o que Gabriela narrou – e, portanto, apresentou também simbolicamente – os dois redatores transformaram muito o que seria a matéria-prima do livro: as experiências e as opiniões de Gabriela. Neste mesmo posfácio, ela elogia a sensibilidade de seus 'escritores fantasmas', afirmando que foram capazes de "captar, na medida do possível, o meu jeito de pensar e me expressar" (grifo meu).

Não pude deixar de pensar no livro *Zélia, uma paixão*. Quanto tem de Fernando Sabino aquele depoimento que teve o dom de despertar tanta ira? Seria interessante, agora que já assentou a poeira do escândalo, examinar o porquê de um simples livro ter provocado declarações de líderes respeitáveis do movimento feminista do tipo: "tantos anos de luta agora destruídos"; "que imenso retrocesso para o movimento!" O que teria tornado este livro tão destrutivo? As experiências pessoais de Zélia Cardoso de Melo, a maneira como ela resolveu narrá-las ou a forma que o escritor deu ao que ouviu?

No caso do livro *Eu, mulher da vida*, há outro complicador: ora aparece Gabriela, a prostituta, ora Oflíia, nome de batismo de Gabi. E o capítulo mais bem escrito, mais bem urdido é o primeiro, em que, à maneira de boa ficção, defrontam-se na rua, em uma chuvosa manhã paulistana, as duas mulheres que habitam a narradora: Oflíia, a ex-estudante da USP, triste,

desanimada, derrotada, e Gabriela, a prostituta segura, "cabeça erguida, desafiando o mundo". Neste capítulo literário, ser prostituta é pura libertação.

Depois do primeiro capítulo romantizado, que é todo dos 'narradores fantasmas', no resto do livro o que domina é o discurso da Gabriela paladina das causas da prostituição, encarada como profissão como outra qualquer, e da descriminalização da cafetinagem. Ao lado de afirmações provocadoras como "Gosto de ser prostituta" (título de capítulo, inclusive) e "Quando dei de cara com o Mangue foi uma paixão à primeira vista", surge a agressividade, a maneira desabusada da narradora hegemônica (já que Oflíia logo se transforma em passado superado) investir contra todas as instituições, contra toda hipocrisia – ou contra tudo o que rotula de hipocrisia.

Fica claro que quando chama ex-prostitutas de "madalenas arrependidas ferozes", quando se lamenta por ter ficado um tempo "presa à Teologia da Libertação", ou denuncia a falta de coerência de esquerdistas em geral e petistas em particular, Gabriela está investindo contra todos os que não aceitam sua visão da prostituição. Outra incoerência que fica patente na leitura do livro é a dela própria, quando defende a necessidade da realização sexual, ao dizer que "cada um deve realizar o tesão que estiver a fim", e depois se lamenta por ter ficado com a vida chata quando deixou a prostituição para trabalhar na Pastoral. "Oito meses sem transar com ninguém, não há Cristo que aguentem!" não combina com o conceito de prostituição como profissão, como puro negócio.

E já estamos tratando da segunda questão.

"Desempregada, sem um tostão no bolso, eu havia decidido viver da prostituição por um tempo". "Depois de passar meses muito dura, com uma grana que não dava para nada, comecei a ganhar mais numa semana do que ganhava em um mês como secretária. E me entusiasmei no negócio". Entre essas duas frases, há a descrição crua do aprendizado da profissão, do acostumar-se à 'pegação de homem' no pior prédio da Boca do Lixo em São Paulo.

É curioso como, no livro, as cenas mais sórdidas são descritas como cenas de batalha em filme histórico. Quem narra é sempre o vencedor; o tom é sempre de vitória. Gabriela se apresenta como alguém que derrotou os preconceitos, os cafetões que tentaram dominá-la, as

beatas que quiseram reabilitá-la, os intelectuais que insistiram em enquadrá-la, as feministas preconceituosas com que até, garante, pareceu um dia. Nisto consiste a fraqueza de sua argumentação: a liberdade que a prostituição pode dar só pode ser alcançada por seres superiores como ela. Os outros são sempre fracos ou arrogantes.

A apologia da luta individual, o horror ao coletivo e aos movimentos é o que fica deste discurso de Gabriela. Mas não é simples assim. Muitos temas são discutidos de forma super-emocional, mas inteligente: a postura do governo em relação à Aids, dos movimentos homossexuais em relação aos travestis, dos petistas em relação à marginalidade. A narradora é viva e conta coisas vividas; fala de gente conhecida. Termina conseguindo que a leitora também desconfie dos movimentos de liberação existentes; que fique tentada a aplaudir a heroína solitária – como convém às heroínas.

É muito raro ver a prostituição discutida pelas próprias prostitutas. As 'madalenas arrependidas' de Gabriela são, de fato, presença mais constante e prestigiada nos encontros promovidos quase sempre por entidades religiosas. Mas a visão benevolente da prostituição é comum em não-prostitutas que se ocupam do tema. Em artigo publicado na revista *Ms* de janeiro/fevereiro deste ano, Jane Anthony, escritora que durante um ano e meio trabalhou como prostituta (a partir de uma decisão que tomou "como adulta"), e hoje milita no movimento feminista norte-americano, explica bem o fenômeno.

"Algumas mulheres que reconhecem o estupro e o espancamento (que podem acontecer com elas, independentemente de sua posição sócio-econômica) como violência, ao mesmo tempo defendem a pornografia e a prostituição (que frequentemente envolvem estupro e outras violações, mas que dificilmente aconteceriam a elas)".

Para Jane Anthony, a experiência do negócio que entusiasma Gabriela não foi nada prazerosa. "Apesar do período relativamente curto em que fui prostituta, anos depois ainda me sinto, em meus momentos mais vulneráveis, vivendo com o fantasma da prostituição – a sensação de não ser humana".

Jane Anthony não acredita na prostituição como atividade escolhida, da mesma maneira como não acredita que as mulheres espancadas pelo marido que continuam casadas porque não têm alternativa de sobrevivência econômica 'escolham' esta continuação do casamento. Chega mesmo a citar Evelina Giobge, que, num trabalho denominado "Confrontando

as mentiras liberais sobre a prostituição", afirma ser "o desmantelamento da instituição da prostituição a mais formidável tarefa que desafia o feminismo contemporâneo".

Gabriela odiaria este artigo. E muitas feministas também. A prostituição é um tema que – como tantos outros – divide o movimento. Mas a discordância da autora de *Eu, mulher da vida* com o movimento feminista é mais funda. "Já gostei e hoje não gosto mais do discurso das feministas. Assim como no discurso da Teologia da Libertação e outros do gênero, tem sempre o maniqueísmo do explorado e do explorador, oprimido e opressor"... "Nós, mulheres, temos um baita poder com os homens. Um poder que não devemos deixar de lado: o da sedução".

O livro, com sua linguagem livre, abordando temas em geral escamoteados, parece ousado, 'prá-frente'. Mas quando se apegar ao poder de sedução das mulheres, a narradora produz uma identidade feminina bem antiquada. Ou seria bem popular? Vejamos.

"Mulher é filha da puta, quando vê que o homem está acompanhado dá corda, fica paquerando" (p. 19). "A mulher que já se apaixonou mais de uma vez e conhece um pouco da natureza dos homens saberá utilizar a sedução como seu poder pessoal" (p. 28). "A sedução do homem é mais 'chão', é menos sutil e menos poderosa que a da mulher" (p. 30). "Tem mulher que gosta de dar dinheiro para cafetão, e não adianta vir com esse discurso babaca (das feministas) que não muda nada" (p. 58). "Eu sempre gostei mais de trabalhar em casa de homossexual do que de mulher, por eles serem mais profissionais, mais claros na relação patrão e empregado" (p. 74).

Esses são conceitos de uma mulher batalhadora, que militou em pastorais e em um partido político de esquerda, que milita no movimento das prostitutas. Surge, então, para mim, outra dúvida: Gabriela não compreendeu – ou simplesmente rejeitou – o discurso feminista, ou o discurso feminista, no Brasil, ainda não conseguiu abrange problemas que não são da classe média?

ANA ARRUDA CALLADO ■